

Jurídico Itinerante fortalece atendimento aos servidores e aproxima sindicato da base no interior do Maranhão

O Sindsep/MA realizou ontem, dia 25, mais uma importante etapa do projeto Jurídico Itinerante, desta vez no município de São João dos Patos, levando atendimento jurídico especializado, orientações e esclarecimentos aos sócios e sócias da entidade na região.

A iniciativa tem como principal objetivo aproximar ainda mais o sindicato da categoria, garantindo que os servidores públicos tenham acesso direto às informações sobre seus processos judiciais, direitos trabalhistas e demais demandas relacionadas ao serviço público. Durante os atendimentos, os trabalhadores puderam tirar dúvidas, receber orientações individualizadas e acompanhar a situação de ações movidas pelo sindicato em defesa da categoria.

A atividade foi avaliada de forma bastante positiva pelos participantes, principalmente pela oportunidade de diálogo direto com a assessoria jurídica da entidade, fortalecendo a confiança dos servidores no trabalho desenvolvido pelo Sindsep em todo o estado.

O sindicato destaca que o Jurídico Itinerante representa um importante instrumento de democratização da informação e de fortalecimento da luta coletiva dos trabalhadores. Muitas vezes, por conta da distância da capital e das dificuldades de deslocamento, diversos servidores acabam tendo dificuldades de acompanhar seus processos ou buscar orientações jurídicas. Com o projeto, o Sindsep leva esse atendimento diretamente às



regionais, garantindo mais acessibilidade, acolhimento e transparência.

A próxima parada do Jurídico Itinerante será no município de Pinheiro, no próximo dia 29 de maio. Os sócios e sócias da entidade estão convidados a comparecer à Regional do Sindsep para realizar atendimento jurídico a partir das 8h.

O Sindsep reforça ainda que o projeto irá percorrer todas as regionais do sindicato no Maranhão, ampliando o contato direto com os servidores públicos federais. A entidade informa que todas as datas e locais serão divulgados antecipadamente, para que os trabalhadores possam se organizar e participar dos atendimentos.

Além do acompanhamento jurídico, o projeto também fortalece o diálogo entre sindicato e categoria, permitindo que os servidores apresentem demandas, sugestões e relatem os desafios enfrentados no cotidiano do serviço público.

O Sindsep reafirma seu compromisso permanente com



a defesa dos direitos da categoria e destaca que continuará atuando de forma firme e presente nas lutas dos trabalhadores, buscando garantir valorização, respeito e melhores condições para os servidores públicos federais.



Após eleições, Hugo Motta quer retomar reforma administrativa no Congresso

O presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta, pretende colocar novamente em debate a reforma administrativa (PEC 38/2025) logo após as eleições de outubro. A informação foi publicada pelo jornal Valor Econômico e reacende o alerta entre servidores públicos e entidades sindicais de todo o país.

Segundo a reportagem, entre outubro e dezembro deste ano, Motta quer avançar com pautas consideradas “sensíveis”, como a revisão do arcabouço fiscal, a redução da maioria penal e a reforma administrativa. A tentativa de adiar essas votações para depois das eleições acontece porque os próprios defensores dessas propostas sabem do impacto negativo que elas podem causar para a população.

A PEC 38/2025 é vista pelas entidades do funcionalismo como uma ameaça direta ao serviço público. A proposta reduz investimentos em políticas públicas, dificulta concursos públicos, enfraquece a estabilidade dos servidores e amplia mecanismos que podem favorecer perseguições e assédio no ambiente de trabalho.

Além disso, a reforma altera regras de carreira, reduz salários de ingresso e condiciona progressões funcionais a critérios de desempenho, desconsiderando experiência e tempo de serviço. As mudanças abrem caminho para o desmonte do Estado e da capacidade de atendimento à população.

A proposta foi apresentada em outubro de 2025 com apoio inicial de 171 deputados. Apesar de algumas assinaturas terem sido retiradas posteriormente, isso não alterou a permanência da PEC na pauta da Câmara.

A resistência dos servidores públicos foi e segue sendo decisiva para impedir o avanço da proposta. Em outubro do ano passado, cerca de 10 mil pessoas participaram da Marcha Nacional do Serviço Público, em Brasília, contra a reforma administrativa. Trabalhadores das três esferas do funcionalismo, centrais sindicais, entre elas a CUT, e representantes da sociedade civil organizada participaram da mobilização.

Direitos sim, desmonte não!

Enquanto a PEC 38 volta ao radar da Câmara, outra pauta importante para os servidores pode avançar no Congresso: a regulamentação da negociação coletiva no setor público, prevista na Convenção 151 da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

O Projeto de Lei 1893/2026, encaminhado pelo governo federal, estabelece regras para negociação en-

tre governos e servidores públicos e garante princípios como transparência, boa-fé, prevenção ao assédio e participação das entidades sindicais. A expectativa é de que a proposta seja votada na Câmara ainda na primeira quinzena de junho.

O Coletivo das Três Esferas da CUT seguirá firme na mobilização e na luta em defesa do serviço público, dos direitos dos servidores e da soberania do Estado brasileiro. A luta para barrar a PEC 38/2025 e impedir qualquer tentativa de desmontar políticas públicas essenciais para a população é permanente.

Defender o serviço público é defender direitos, cidadania e um Estado comprometido com os interesses do povo brasileiro. A defesa do serviço público é, acima de tudo, a defesa do direito da população a um atendimento digno, universal e de qualidade. Enfraquecer o Estado significa enfraquecer justamente os setores da sociedade que mais dependem das políticas públicas para acessar saúde, educação, assistência e cidadania.

Fonte: Condsef



SINDICATO DOS SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS NO ESTADO DO MARANHÃO

ASSEMBLEIA ESPECÍFICA

IPHAN-MA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 013/2026

O Presidente do Sindicato dos Servidores Públicos Federais no Estado do Maranhão - SINDSEP/MA, em consonância com o Estatuto, convoca os associados do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, em gozo dos seus direitos Estatutários, para participarem da Assembleia Especifica no dia 29 de Maio de 2026, às 10:00 horas, em primeira convocação e às 10:30 horas em segunda convocação, no Auditório da Sede situado à Rua do Giz, 235 – Centro, São Luís/MA, para discutirem e deliberarem sobre a seguinte pauta: 1- Informes; 2- Avaliação da luta do setor; 3- Implementação efetiva da carreira da Cultura; 4- Organização e 5- Encaminhamentos.

São Luís-MA, em 26 de maio de 2026.

João Carlos Lima Martins,

Presidente.